

F  
379.81  
V614  
SAL  
EX2



LUIZ VIANA FILHO

***O SALÁRIO DOS PROFESSORES  
E A  
EDUCAÇÃO NACIONAL***

— Discurso proferido no Senado Federal,  
em 12 de novembro de 1975.

BRASÍLIA — 1975

**LUIZ VIANA FILHO**

***O SALÁRIO DOS PROFESSORES  
E A  
EDUCAÇÃO NACIONAL***

**Discurso proferido no Senado Federal,  
em 12 de novembro de 1975.**

**BRASILIA — 1975**



O SR. LUIZ VIANA (ARENA — Bahia. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não houvesse tido outras vantagens — e acredito haverem sido muitas — e a CPI do MOBREAL se credenciaria por ter suscitado alguma atenção para o problema da educação, a sua posição, os seus rumos, e perspectivas. Ainda, há dias o Jornal do Brasil lançava esta inquietante indagação: "Quantos analfabetos teremos quando o Brasil tiver 200 milhões de habitantes?" O importante, porém, não é a resposta, e sim que a pergunta tenha sido feita. Também no Congresso vários foram os debates ultimamente suscitados. Debates que exprimiram louvável preocupação, e dentre os quais devemos ressaltar, entre outros, o depoimento claro e honesto do Ministro Ney Braga, bem como os do Padre José Vasconcelos, Presidente do Conselho Federal de Educação, e do ex-Ministro Abgar Renault. Regozijo-me com essa preocupação, pois tenho para mim estar na educação a chave de todos os problemas brasileiros.

É como se ouvisse o eco daqueles conceitos, que Rui Barbosa emitiu nos seus famosos pareceres de 1882 e 1883, e ainda tão verdadeiros e atuais como se proferidos em nossos dias. "Não enunciamos nenhum paradoxo — dizia ele — confessando a opinião, que nos domina, de que as necessidades do ensino estão perfeitamente no mesmo pé que as da defesa nacional. Não o dizemos só no sentido, inegavelmente verdadeiro, de que o povo mais instruído vencerá sempre o que menos o for. Dizemo-lo também para estabelecer a regra de que os sacrifícios com a reforma e o custeio do ensino são, pela sua inevitabilidade estritamente equiparáveis aos sacrifícios de guerra". Ainda hoje não teríamos por que alterar uma palavra. É que o tempo passa, as civilizações se transformam, evoluem, modificam-se, mas a importância da educação no progresso da humanidade permanece inalterada. Para quantos se detêm no exame das causas de males que ainda afligem a nossa sociedade não haverá remédio mais seguro do que a educação do povo. Não faz muito que o ilustre educador, Padre José Vasconcelos, Presidente do Conse-

Iho Federal de Educação, assim se exprimia perante a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados: "Sou pessoalmente, de opinião que este País será completamente distinto no dia em que toda a população brasileira tiver 8 anos de escolaridade real. Sou dos que admitem que esta é a prioridade número 1..." Sinal de que aquela fé nos milagres da educação, e de que foi Rui Barbosa a expressão mais alta, continua viva, em que pese opiniões em contrário. Recentemente ilustre Ministro de Estado, tinha como insuficiente o esforço em Educação, dizendo considerar uma solução limitada entender-se que o problema do Nordeste se resolve pela Educação. Esquecia-se de que a educação nunca vem só, como o atestam os exemplos da Alemanha, despertada por Fichte, do Japão, que emergiu pela educação do seu povo. Nem esquecerei aqui esta observação de Anísio Teixeira, por certo o maior dos nossos educadores neste século: "O problema de riqueza deixou de ser o de criá-la mas o de criar a capacidade de criá-la. A produção do homem educado e a produção de saber passaram a constituir o núcleo mesmo do progresso econômico." Não importa, pois, o conceito daqueles que preferem visão talvez mais imediata do desenvolvimento nacional. A grande verdade, a verdade incontestada — perdoem-me o truísmo — é que somente pela educação do povo lograremos ser uma grande e forte nação.

Daí a importância de determo-nos de quando em quando para o exame desapaixonado da educação nacional. Estará bem? Andará mal? No particular contento-me em seguir o recente depoimento do Ministro Ney Braga, que, se acentuou as numerosas deficiências e falhas do nosso sistema de ensino de 1.º e 2.º Grau, bem como as altas taxas de analfabetismo, quer entre adultos, quer na faixa etária dos 7 aos 14 anos, não omitiu, com razão, o muito que se tem caminhado, para atender a "explosão educacional" característica do nosso tempo. O que vale dizer que se já muito caminhamos, ainda muito mais necessitamos caminhar. Afirmativa que acredito não representar nenhuma crítica, nenhuma censura ao que se tenha realizado, ou até deixado de realizar, mas a natural aspiração de quem deseja ir mais longe.

Devemos ter a coragem de reconhecer que muitos dos indicadores para um diagnóstico sobre a educação nacional, ainda são pouco alentadores. Em 1970, por exemplo, e conforme o II PND, havia seis e meio milhões de crianças brasileiras entre 7 a 14 anos fora das escolas. Igualmente grave é o índice de evasão e retenção em 1970 e 1971. E a julgarmos pelo Censo de 1970 somente 9,8% dos jovens entre 15 e 19 anos estavam ins-

critos no 2º Grau, o que representa cerca de nove milhões de adolescentes afastados da idealizada profissionalização. Vê-se, pois, quanto é procedente esta observação feita há dias pelo Jornal do Brasil: "A insuficiência de recursos está presente no fundo desse quadro pouco animador. Faltam verbas para qualificar o ensino e até para alimentar a rotina das escolas elementares."

Realmente, são de tal monta nossas necessidades no setor educacional que não considero suficiente o que iremos dispende. Precisamos gastar muito mais e devemos fazê-lo com a consciência de que nenhum investimento é mais rentável do que o da educação. Nenhum investimento retorna tão depressa e tão aumentado para os cofres públicos quanto o feito na educação. Nisso creio poder dizer que é unânime o depoimento dos economistas. E não esquecerei de lembrar o ilustre Ministro Mário Henrique Simonsen para quem "a contribuição da educação para a melhoria da renda per capita chega a ser mais importante do que a acumulação do capital físico".

Com entusiasmo tenho acompanhado o esforço governamental para propiciar maiores recursos para a educação. Esforço no qual poderia até ver o reconhecimento de sugestões que desejei incorporadas ao programa do meu Partido. Mas, não basta dispende mais. No meu entender chegou o momento de nos voltarmos, principalmente, para o magistério em todos os seus graus, dando-lhe maior apoio e melhores salários. Por que não destinar, obrigatoriamente, ao magistério parte das novas verbas destinadas à educação?

Não faz muito que o Ministério da Educação anunciava um reforço de verbas para o ensino de 1º Grau que permitirá a aplicação de recursos, nos próximos 4 anos, de montante superior a 2,3 bilhões de cruzeiros. E ainda mais significativo, como expressão do propósito governamental, é a proposta de modificação do salário-educação que deverá passar de 1,4% para 2,1%. Diferença essa que faz prever um aporte substancial de recursos para a educação, pois, segundo estimativa do Ministério da Educação representará aumento superior a um milhão de cruzeiros. Contudo, se merece encômios essa preocupação em carrear mais recursos para o setor educacional nem porisso devemos perder de vista que se torna realmente necessário acelerarmos o passo. De fato, se compulsarmos o orçamento da União em 1965 verificaremos que nele estavam reservados para o Ministério da Educação 8,9%. Índice que foi caindo até representar, em 1973,

apenas 4,99%. Não conheço os números posteriores a esse ano. Naturalmente é uma cifra relativa, pois se refere apenas ao MEC, que não inclui todas as despesas educacionais. De fato, se tomarmos, por exemplo, o ano de 1973, veremos que num total de Cr\$ 3.757.732,00 para a educação, a quota do MEC montou a Cr\$ 2.537.288,00. Assim, mesmo somando-se todas as despesas orçamentárias com a educação, ainda encontraremos índices inferiores aos que acredito indispensáveis para atendermos as imensas necessidades do Brasil nesse setor. Segundo os dados da UNESCO, as despesas do Brasil com o ensino seriam da ordem de 15,2%. E no mesmo ano a Suécia teria dispendido 28%; a França 22,3%; a Venezuela 20,9%, e o Equador 25%. O que mostra que devemos gastar bem mais em educação.

Mas, se é importante investir com largueza, ainda mais importante será investirmos acertadamente. Quanto à largueza dos recursos, desejo tão somente lembrar que, no recente Seminário efetuado na Câmara dos Deputados para uma avaliação sobre a implantação da reforma contida na Lei 5.692, foi praticamente unânime a opinião dos educadores ali reunidos quanto à impossibilidade de efetivar, com os recursos atualmente existentes, caso não pretendamos correr os riscos de prazos muito acima do normal.

Quanto ao acerto e propriedade dos gastos com a educação em todos os níveis desejo fixar-me apenas no problema do apoio de toda a ordem que é urgente e indispensável darmos aos professores. Sobretudo em relação aos salários e à assistência técnica. Em geral, quando se trata da educação cuida-se pouco do professor. Não esqueçamos, como escreveu Anísio Teixeira, que "o sistema educacional de uma nação é o que ela tem de mais característico para exprimir o conjunto de valores e aspirações que marcam o seu padrão de vida, seu tipo de civilização e o caráter social de sua cultura". E como se exprime tudo quanto aí se contem senão através do professor?

**O Sr. Paulo Guerra** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. **Paulo Guerra** — Senador Luiz Viana, entendo que V. Ex<sup>a</sup> faz, nesta hora, um dos discursos de maior importância no Senado da República, e, lamento até que o faça num fim de sessão, quando o nosso plenário está quase vazio. Mas V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema fundamental para o processo de desenvolvimento brasileiro, que é o da Educação, e agora passa a apreciar

um fato gritante, o baixo salário com que se remunera o professorado brasileiro em todos os níveis.

O SR. LUIZ VIANA — Muito bem!

O Sr. Paulo Guerra — Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do discurso.

O SR. LUIZ VIANA — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

"A arte da educação, observa Piaget, é como a da Medicina: uma arte que não pode ser praticada sem dons especiais." E como pretendemos, nos vários graus, pessoas dotadas e preparadas adequadamente se não lhes assegurarmos remuneração justa e condigna?

O Sr. Benjamim Farah — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Benjamim Farah — Estou inteiramente de acordo com V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo quando pede mais verbas para a Educação, e cita estatísticas de outros países, onde as verbas são muito maiores do que as nossas. Todos sabem que nos países de alta cultura, como a Alemanha, a Inglaterra, a França, que nos conflitos internacionais têm sido esmagados, triturados pelas bombas adversárias, ressurgem, imediatamente, aquela cultura que vem de séculos, porque o que vale a um povo não é só a sua força bruta, material, mas, sobretudo, a sua cultura. V. Ex<sup>a</sup> está sendo muito feliz no seu discurso. Quero, também, dar a minha solidariedade no que tange a melhores salários aos professores, porque o elemento principal para a disseminação da cultura é o professor. O Governo mandou, há pouco, para o Congresso, uma Mensagem, que melhora a situação dos professores de nível superior, mas os de nível médio foram relegados a um plano secundário; tiveram um aumento muito insignificante. Um professor catedrático do Colégio Pedro II, com trinta, trinta e cinco anos de casa, com todas as ajudas, com tempo de serviço e tudo, não recebe, hoje, nem Cr\$ 2.500,00. V. Ex<sup>a</sup> sabe que esse é um salário pequeno, sobretudo para um homem que vai buscar a Cadeira através de um concurso. Na mensagem, não houve referências àquele tradicional educandário.

O SR. LUIZ VIANA — É um salário de fome.

O Sr. Benjamim Farah — Estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup> Fiz vários discursos nesse sentido, pedindo melhores salários; agora, com a interferência de V. Ex<sup>a</sup>, quem sabe a voz do Congresso chegará às autoridades responsáveis por essa decisão.



O SR. LUIZ VIANA — De fato, a inexistência de salários compensadores acarreta a evasão dos mais capazes, seja qual for o curso a que nos queiramos referir. Em recente depoimento ao qual já nos referimos, lembrou o Presidente do Conselho Federal de Educação que, em visita feita a Estados do Nordeste, confiou-lhe o Diretor de uma Escola que tivera de contratar em São Paulo, na antevéspera do início do ano letivo, seis ou oito professores, "porque seis ou oito dos principais professores de seu estabelecimento tinham sido absorvidos pela iniciativa particular".

O problema, aliás, não é de hoje, embora talvez se torne mais grave em face do próprio desenvolvimento do País. No fim do século XIX, em artigo na A Imprensa, Rui Barbosa clamava contra os parcos vencimentos de seis contos anuais para o magistério superior. Fizéssimos a conversão em dólares ou em moeda atual e certamente os atuais professores teriam grande inveja dos seus mal pagos colegas daqueles tempos.

O Sr. Paulo Guerra — Permite V. Ex<sup>a</sup> mais um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex<sup>a</sup> diz bem, e não é de hoje. Há mais de trinta anos já Humberto de Campos dizia que o professor, no Brasil, vendia os miolos da cabeça para comprar os miolos de pão. Se V. Ex<sup>a</sup> verificar o baixo salário, não somente do professor de nível médio, mas também do professor primário, no nosso Nordeste e talvez em todo o Brasil, onde uma professora percebe menos do que um contínuo de qualquer Repartição Pública.

O SR. LUIZ VIANA — Continuando, Sr. Presidente, acrescentava Rui, que já àquele tempo se batia pelo magistério de tempo integral: "Melhor será eliminar o ensino que pagá-lo vilmente, porque quando ele se cotar a esse preço não encontrará quem o dê senão entre nulidades sem consciência, nem ciência, charlatães e sinecuristas que se estipendiarão para professor a ignorância nas lições e corromper a mocidade com o exemplo". Exagerava? Parece-nos que não. Rui apenas via uma realidade que era de ontem, é de hoje, e será de amanhã: sem professores convenientemente remunerados jamais alcançaremos um bom sistema educacional.

O Sr. Heitor Dias — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Heitor Dias — Não poderia deixar de, como um antigo professor, ainda que modesto, trazer o meu apoio, a minha solidariedade, ao discurso que V. Ex<sup>a</sup> está pronunciando, elaborado à base de fatos e de conceitos que não podem ter contestação. Inegavelmente, o professor, no Brasil, é sempre um sacrificado. Todos nós, quando das comemorações do dia do mestre, evocamos com saudade, mas, com justiça, o nosso primeiro professor, os nossos primeiros mestres. O lar é, inegavelmente, a primeira escola, e já disse alguém que a primeira carteira escolar é o joelho materno. Esse trabalho do lar e essa atividade, também divina, das mães, são seguidos nas escolas e continuados pelos mestres. Infelizmente, apesar de tão reconhecida dedicação, o que se vê — como V. Ex<sup>a</sup> está a frisar — complementando o aparte do nobre Senador Benjamim Farah, são salários de fome. Mas, permita V. Ex<sup>a</sup> — ao trazer-lhe o meu apoio, a minha solidariedade, os meus aplausos a este seu pronunciamento tão oportuno — que eu complemente o meu aparte dizendo que parece, até, que se registra no particular, o cumprimento de um fadário. Houve quem afirmasse que as coisas têm alma. Não seria despropositado que eu dissesse que as letras, também, têm destino. Assim, diria a V. Ex<sup>a</sup> que o Magistério, os Magistrados e também — tenhamos, aqui, sem qualquer interesse secundário que não pode ter abrigo nesta Casa, a altivez de afirmar que os Militares são vítimas de salários baixos, muito aquém do valor dos seus misteres. E todos eles, no vigiar do direito, na vigilância da mocidade...

O Sr. Itamar Franco — Muito bem.

O Sr. Heitor Dias — ... ou na vigília da ordem e da segurança, parece que encontram em todos esses sacrifícios por que passam, estímulo e incentivo, para cumprirem com estoicismo, superioridade e invariável dedicação, as importantes missões que a vocação lhes reservou, e que merecem o respeito da sociedade e da Nação.

O SR. LUIZ VIANA — Obrigado.

Ouçamos, por exemplo, um autor contemporâneo, por sinal também Ministro da Fazenda, o Professor Mário Henrique Simonsen: "O professor, mal pago, tratava de defender-se trabalhando pouco: o resultado é que, em 1964, tínhamos em\_mfidia

apenas 4,7 alunos para cada professor universitário." Em verdade, não há Governo, não há Ministro, não há Diretor que alcance fazer o milagre de implantar um bom ensino com professores mal remunerados.

O Sr. Paulo Guerra — V. Ex<sup>a</sup> permite que perturbe um pouco mais o seu brilhante discurso, para o testemunho da baixa remuneração do professor? Assentimento do orador.) É que a Reforma do Ensino transferiu às Prefeituras Municipais o encargo do ensino primário no interior, no meio rural. E o que vem ocorrendo é que as Prefeituras, sem condições, estão pagando no Nordeste, 70 e 80 cruzeiros por mês a uma professora primária. Isso quer dizer que a Reforma contribuiu para baixar o nível do ensino no interior do País.

O SR. LUIZ VIANA — Sobre o assunto, Anísio Teixeira deixou-nos uma frase lapidar: "Sem professores capazes, todas as reformas fracassarão." E como pensar em professores mal pagos e profissionalmente capazes senão como exceções?

Mas, quanto mais nos aprofundarmos no exame do assunto mais haveremos de estarrecer. Começemos pelos chamados professores leigos, a cujo cargo estão confiadas milhões de crianças brasileiras, especialmente as dos Estados mais pobres, no Norte e no Nordeste. Quanto representarão percentualmente? Na sua grande maioria pertencem aos sistemas municipais de ensino. Municípios pobres, premidos por uma demanda crescente, inclusive nas áreas rurais e cuja opção única consiste em multiplicar as pequenas escolas de uma sala, onde se instala a professora leiga. Não há como pagá-las. Nem sequer é possível atribuir-lhes o salário mínimo. Contudo, a necessidade as obriga a aceitar qualquer salário, por mais modesto que seja. No fundo são quase umas heroínas. Mal remuneradas, mal instaladas, mal apoiadas tecnicamente, têm elas sob a sua responsabilidade milhões e milhões de crianças brasileiras. Que poderá exigir delas o sistema educacional? Creio que nada senão agradecer-lhes a inestimável colaboração que prestam, evitando que novos milhões de analfabetos se integrem em nossas estatísticas. Há professoras de cem cruzeiros, e assim por diante. Dizem-me haver até de quinze cruzeiros. Estarei porventura faltando à verdade? Ou será uma verdade que a Nação inteira conhece e deplora? E ainda mais: poderá e deverá o Ministério da Educação fechar os olhos a essa realidade, ou deverá procurar remédio capaz de conciliar os salários do magistério leigo com as deficientes rendas municipais? Não verdade, no atual sistema de distribuição de rendas, a União se tornou o "primo rico", cabendo portanto a ela propi-

ciar os recursos necessários para que os Municípios atendam às suas obrigações no campo educacional. São duas verdades incontestáveis: uma a de que os professores municipais, de modo geral especialmente os leigos, são pessimamente remunerados; outra a de que as Prefeituras não dispõem de recursos para atenderem a melhores e condignos salários.

Sobre o assunto desejo trazer dois depoimentos atuais. O primeiro deles do Diretor-Geral do CEBRACE, Engenheiro Corrêa da Costa, no documento que apresentou ao Seminário para avaliação da Lei nº 5.692, e para quem, entre os principais problemas que afetam a educação brasileira avultam o despreparo de grande número de professores leigos, e os baixos salários atribuídos aos professores em geral. O outro do Professor Padre Vieira Vasconcelos em relação ao conflito criado pelo sistema atual, exige naturalmente pluriprofessor, face ao sistema anterior baseado na monoprofessora da escola primária.

São todos eles problemas vinculados aos salários dos professores. Problemas tanto mais graves quanto há invencível tendência para abolir as diferenças de níveis de formação e remuneração entre professores do ensino primário e do ensino secundário. Na Inglaterra e na Dinamarca, por exemplo, o nível de formação das duas categorias é absolutamente idêntico. Do mesmo modo que idêntico terão de ser os salários. Tudo a mostrar que a atual situação brasileira, em matéria de salários de professores, sejam leigos, primários, ou secundários, é verdadeiramente insustentável. É urgente rever-se a matéria, máxime numa hora em que o Governo da União se mostra tão interessado em apoiar, renovar, e expandir a educação. Já é tempo de pensarmos nos professores, nas suas vidas, nas suas necessidades, nas suas aspirações. Dar-lhes melhores salários, e melhor assistência técnica, certos de que, no fundo, o menos importante talvez sejam as estatísticas. No meu entender não é suficiente o que fez a Lei nº 5.692 ao estabelecer que, no 1º e 2º Grau dever-se-á fixar a remuneração dos professores e especialistas de ensino tendo em vista a qualificação de cada qual. No momento em que a União está promovendo a expressiva elevação do salário-educação e retirando dos Estados a competência para legislar suplementivamente sobre a matéria, também seria oportuno pensar-se no meio de se assegurar compulsoriamente, por parte dos Estados e Municípios, condigna remuneração para o magistério.

Insisto em externar que sem um professorado de alto nível não lograremos um bom sistema educacional. E jamais o teremos sem salários compensadores. O que não significa que não

possuamos certo número de mestres incomparáveis, inclusive notáveis Chefes de Escola, verdadeiros sábios. Não esqueçamos, porém, que no ensino superior por exemplo — onde ocorre rápida privatização — a matrícula, entre 1960 e 1974, cresceu 862% e o número de professores de 260%. E que dizer do ensino secundário? Qual de nós não estará preocupado com o que hoje ocorre nesse setor da educação nacional? Há pouco, em depoimento a que já me referi, o Padre Vasconcelos, Presidente do Conselho Federal de Educação, revelou alguns números inquietantes. Trouxe como exemplo os 75 mil candidatos que participaram nos exames vestibulares do CESGRANRIO. Destes, fosse exigida uma discreta média 5 e apenas 572 a teriam alcançado. E consideradas as disciplinas isoladamente apenas 2% dos candidatos teriam passado em Francês; 5% em Química, e 3% em Matemática. Como bem ponderou o ilustre depoente aí temos "um quadro de corpo inteiro". Será tranquilizador? Ou revela que é tempo de cuidarmos mais da qualidade do que da quantidade?

Aliás, no meu entender, para melhorar essa qualidade, da qual julgo inseparável a remuneração do professorado em todos os Graus de ensino, fundamental e superior, não poderemos perder de vista a fase pré-escolar. E no particular quero congratular-me com o Ministro Ney Braga pela preocupação revelada em torno do assunto. Disse Sua Excelência ao se referir ao aluno: "Ele chega, com 7 anos, à escola, carente de, praticamente tudo. O desafio desloca-se, assim, parcialmente, do âmbito do sistema educacional para o âmbito maior do sistema social". De fato, assim é. E milhões de crianças brasileiras chegam à idade escolar sofrendo de graves distúrbios ocasionados por uma alimentação deficiente, sobretudo deficiente de proteínas, e em grande parte irreversíveis. É um quadro doloroso, mas do qual não devemos querer esconder nenhum pormenor, por mais que ele nos angustie. Os estudos desenvolvidos sobre o assunto já nos permitem saber com exatidão as graves consequências acarretadas para o comportamento mental dos indivíduos pela subnutrição, especialmente no primeiro ano de vida, quando o cérebro humano deve quase triplicar o seu peso. Daí o interesse, direi mesmo o entusiasmo, Senhor Presidente, com que tenho acompanhado o noticiário que nos dá conta dos propósitos do Ministério da Previdência Social de, em boa hora, propiciar adequada alimentação para crianças que sem o amparo governamental estarão condenadas a arrastar pela vida a fora deficiências de grave repercussão social. Em 1970 possuía o Brasil cerca de 14 milhões de crianças entre 2 e 6 anos. Delas, entretanto, apenas 2.5%

freqüentavam escolas maternas ou jardins de infância. Assim, numa faixa etária em que já desponta a "idoneidade escolar", apenas um percentual insignificante de crianças está sendo preparado para um bom aprendizado posterior.

Não desejo, porém, desviar-me do tema do pré-escolar, que alguns também denominam de escola maternal. Nos Estados Unidos, apesar do alto nível médio da sua população, tem sido considerado indispensável, dentro do esforço de renovação da educação nacional, cuidar-se da fase pré-escolar. "Prevalece o ponto de vista, escreve um educador, de que para as crianças provenientes das classes menos favorecidas, a escola maternal deverá propiciar um ambiente enriquecedor, capaz de compensar, por sua atmosfera, e sobretudo abundância e diversidade do material usado, a pobreza do ambiente familiar no tocante a estímulos à curiosidade e à atividade". É o que em outras palavras diz Edgar Faure: "O ensino pré-escolar é tanto mais valioso quando pode compensar, para as classes populares e nos países em via de desenvolvimento, a deficiência constituída pela ausência de um suporte cultural no ambiente familiar." Ora, Senhor Presidente, quando a educação, os sistemas educacionais procuram amparar a criança desde os seus primeiros anos de vida, proporcionando-lhe convívio e estímulos que poderá não ter no lar, nada mais preciso dizer para acentuar a importância da formação e da existência de um professorado capaz, dedicado, consciente da extraordinária missão que desempenha na sociedade. Numa época em que tanto e tão justamente se fala em segurança tenho para mim que a nossa maior segurança está em propiciarmos bons professores à juventude. O que vale dizer professores bem remunerados.

A verdade, porém, Senhor Presidente, é que dentre as muitas distorções salariais que ainda marcam, infelizmente, a vida brasileira uma das mais gritantes é a relativa ao magistério em todos os seus Graus. Nos Municípios já me referi aos professores leigos. Creio que os venturosos andarão pela casa dos duzentos cruzeiros. Quando se trata, porém, de professores com o Grau normal costumam obter o salário mínimo. Eu pergunto: seria possível pagar-lhes menos?

Quanto ao magistério estadual, dada a impossibilidade de cuidar de todos nesta oportunidade, preferi fixar-me na Bahia, que deve representar a média nacional. O professor de 1º Grau entre Cr\$ 780,00 e Cr\$ 1.365,00, em função do tempo de serviço a das qualificações docentes. Um professor do 2º Grau, caso ministre 60 aulas semanais, perceberá Crf 2.332,80. Quanto aos

contratados do 1º Grau percebem Cr\$ 6,96 por hora de aula, e os do 2º Grau Cr\$ 8,64. Creio que os números falam mais alto do que qualquer comentário que desejasse fazer. Mostram, porém, a extrema dificuldade como estão sobrevivendo os que ainda não lograram mudar de profissão.

Essas observações ratificam a minha convicção de que devemos gastar ainda mais em educação, sobretudo na melhor remuneração do magistério. Não importa que, face a índices de países desenvolvidos, seja satisfatória a relação entre o nosso PNB e as despesas educacionais. E isso por dois motivos: primeiro os países desenvolvidos, possuidores de um extraordinário PNB, gastam em educação embora com um percentual menor; segundo porque nos países subdesenvolvidos o percentual dos jovens em idade escolar é imensamente superior ao do constatado nos países desenvolvidos. O nosso esforço terá de ser verdadeiramente sobrehumano. Basta imaginarmos que os Estados Unidos dispendem cerca de 200 dólares por habitante. Para isso têm uma renda per capita de 5.500 dólares. Que poderemos fazer nós com uma renda de 425 dólares? A verdade, porém, é que precisaremos fazer os sacrifícios reclamados pela educação, indo buscar recursos onde eles existam.

Valho-me aqui de uma publicação das Nações Unidas pela qual se vê não somente que despesas com a educação no mundo cresceram de 150% em oito anos, mas também que, em 1967, 18 países consagraram à instrução pública mais de 20% do seu orçamento. Não tenhamos medo de gastar em educação. Li recentemente num comentário do Sr. Samuel Levy, a propósito do investimento educacional em São Paulo, "que a educação formal é provavelmente uma das oportunidades de investimento mais lucrativas abertas à sociedade". E todos nós sabemos que isso é exato.

Aliás, Senhor Presidente, apenas para não perder a oportunidade, desejo assinalar a perniciosa desigualdade educacional que está atingindo a região do Nordeste, que, volto a dizer, está a exigir um plano nacional de salvação pública para o seu problema educacional.

O Sr. Agenor Maria — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Agenor Maria — Nobre Senador Luiz Viana, é com grande satisfação que, mais uma vez, volto a esta tribuna para

congratular-me com pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> a respeito do problema da Educação. V. Ex<sup>a</sup> está prestando uma grande contribuição a este País trazendo para a tribuna um dos assuntos que considero dos mais importantes a nossa nacionalidade, pois investir na Educação, considero o investimento mais rentável que a Nação, na realidade, pode fazer. Acredito, Senador Luiz Viana, que nosso País se desenvolveu mais do que seu povo. O grande drama de hoje é este: o País se desenvolveu e o povo não evoluiu. Na minha região, o povo não tem condições de preparar os documentos, de dar entrada em requerimentos, em petições, de acompanhar a burocracia moderna. De forma que, ou o Governo investe na Educação para preparar o brasileiro do futuro, ou, infelizmente, essa Nação não terá o futuro que esperamos. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> e posso afirmar que investir na Educação, sem pagar ao professor a paga justa, realmente não está se fazendo um bom investimento. Ele só é viável se se der ao professor um salário condigno. Pois o que se vê, pelo menos na minha região, é o operário sem nenhuma classificação, o operário de salário mínimo, ganhando Cr\$ 340,00 e passando fome e os Prefeitos Municipais não podendo pagar além de Cr\$ 100,00 a uma professora do interior. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> e espero que esse seu pronunciamento, bem feito, em boa hora, tão oportuno, possa sensibilizar o Governo para, realmente, se voltar para o problema da Educação, que, repito, é um dos problemas mais sérios deste País. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Luiz Viana?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Luiz Viana, há poucos instantes, V. Ex<sup>a</sup>, reportando-se à remuneração salarial do professorado brasileiro, teve por base o seu Estado, a Bahia, e fez, então, a referência aos vencimentos atribuídos ao magistério do primeiro e do segundo graus. Posso dizer a V. Ex<sup>a</sup>, — tomando a nossa região como base — que talvez o professorado da Bahia seja aquele, mesmo dentro dessa remuneração inferior, que mais percebe dos cofres públicos. Houve, em determinado momento, na Bahia, em Pernambuco, no meu Estado, enfim — acredito que em muitas Unidades da Federação — uma expectativa de esperança, quando se anunciou o Estatuto do Magistério, que traria em seu bojo grandes reivindicações, há tempos acalentadas pelo professorado e que, conseqüentemente, essas mes-



mas reivindicações trariam melhorias substanciais para aqueles que exerciam o magistério. Infelizmente, nobre Senador, o Estatuto do Magistério saiu, passou a vigor e se constituiu, quase sempre, num verdadeiro engodo para o professorado brasileiro. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. LUIZ VIANA — Grato a V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Orestes Quércia — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador.)

Pretendia, com a sua permissão, somente lembrar que V. Ex<sup>a</sup> tem, evidentemente, reiterada vezes, se manifestado favorável a algum plano — inclusive, no próprio discurso de V. Ex<sup>a</sup>, há pouco quando foi interrompido pelos apartes, fazia menção a plano de salvação nacional" para aspectos da Educação. Lembrome de que, em recente pronunciamento, V. Ex<sup>a</sup> também chamou a atenção de que estatística não deveria ser o objetivo do Governo. Nosso objetivo nacional deve ser a Educação no seu integral entendimento. E quero apenas testemunhar a V. Ex<sup>a</sup>, que dentro destes conceitos emitidos a respeito do problema relativo aos professores, no meu Estado por exemplo, eles em quantidade enorme, trabalham em diversos empregos, dia e noite, são submetidos a um desgaste físico enorme para poder ganhar o salário necessário ao sustento seu e de sua família. Por outro lado, o prejuízo que eles, por imposição das necessidades, levam aos estudantes, é muito grande, porque, submetido a desgastes físicos, o professor não tem condição de dar uma aula à altura da necessidade dos alunos. Portanto, tem V. Ex<sup>a</sup> inteira razão no levantar este problema.

O SR. LUIZ VIANA — Grato.

Entre as observações feitas na Câmara pelo Presidente do Conselho Federal de Educação, está a de que das 329 mil vagas oferecidas no ensino superior, quase 50%, ou sejam 143 mil estão concentradas no Estado de São Paulo. Estou certo de que o fato irá merecer a atenção do Governo, que se tem mostrado sensível a outros problemas da região.

Se do magistério dos dois primeiros Graus passarmos para o superior não é mais animador o panorama em matéria de salários. Isso em que pese, devemos reconhecê-lo, o esforço do Governo para vencer a verdadeira degradação salarial anteriormente existente. De fato se compulsarmos as tabelas decorrentes da

Lei nº 6.182 veremos que um titular, com dedicação exclusiva, e com todos os incentivos previstos não irá além de 11.444 cruzeiros. Se, no entanto, houver optado por 20 horas semanais ficará apenas com Cr\$ 4.869. Mas, esse é o titular, o professor provector, já no fim da carreira. Quanto ao Assistente, esse começa com magros dois mil cruzeiros e, com dedicação exclusiva e todos os incentivos possíveis terá Cr\$ 8.618,00.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Dirceu Cardoso — Nobre Senador Luiz Viana, o Senado está assistindo a uma tarde baiana, ao fim de uma semana, também, baiana. O apoio e a ressonância que está tendo o discurso de V. Ex<sup>a</sup> por parte de todos os Srs. Senadores, com a representação de quase todos os Estados, são o testemunho do alto apreço à seriedade e elevação com que V. Ex<sup>a</sup> trata da problemática da Educação em nosso País. Quero, Sr. Senador, justificar o meu aparte, com aquela célebre quadra baiana, de um poeta baiano, em homenagem a V. Ex<sup>a</sup>

"Toda tinta deste mundo,  
Com que se escreve alegria,  
Vem do tinteiro profundo,  
Do mar azul da Bahia."

Sr. Senador Luiz Viana, a semana é baiana, porque, há dias, o Brasil, em se curvando diante da Bahia, foi buscar, no Prefeito de Salvador, que serviu à Capital do seu Estado, quando V. Ex<sup>a</sup> era titular da sua Governadoria, o Presidente da ELETROBRÁS, a grande empresa nacional, de profunda significação na vida brasileira. Quero crer que o entusiasmo de V. Ex<sup>a</sup>, ao proferir esse discurso, seja um reflexo desta nomeação que atinge em cheio, o entusiasmo e a baianidade de V. Ex<sup>a</sup>. No brilhante pronunciamento que ouvimos, V. Ex<sup>a</sup> coloca os problemas da Educação em tal nível que podemos afirmar, seguramente, ser hoje o dia baiano. Há pouco o Senado Federal aprovou projeto que concede empréstimo ao seu Estado, no valor de vinte milhões de dólares, em homenagem à Bahia e, neste instante, inclina-se aos valiosos argumentos apresentados. No magnífico discurso que V. Ex<sup>a</sup> está proferindo só há um problema em que todos nós colocamos o nosso entusiasmo, o nosso espírito e o nosso coração: o do ensino no País. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. LUIZ VIANA — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Quantos, salvo casos de vocação incoercível, se disporão, sendo realmente capazes, a permanecerem no ensino? Dentro de um útil plano de pós-graduação está o Ministério da Educação preparando, em 1975, quase 60.000 professores especializados. Será que não buscarão oportunidades mais bem remuneradas?

Aliás, em confronto com os salários federais temos os das Universidades de São Paulo e de Campinas e dos Institutos Isolados de Ensino Superior do mesmo Estado, onde os titulares em dedicação integral percebem Cr\$ 17.500,00, situação essa extensiva aos inativos. Não estará nesse zelo pela educação, e da qual há muitas provas, desde a década de 20, um dos segredos do êxito da prosperidade paulista? Circunstância que bem explica que haja uma evasão de inteligências para aquele Estado. Assinale-se, aliás, que além da sua Constituição destinar 20% da renda de São Paulo para o desenvolvimento do ensino, mais meio por cento é reservado para o setor de pesquisa. Não é São Paulo que paga muito — é o Brasil que paga pouco. E isso apesar das melhorias concedidas pelo Decreto-lei n.º 1.384, de outubro de 1974, e pela Lei n.º 6.182. Basta, realmente, passarmos a vista pelos salários das autarquias e empresas da União para que se tenha como reduzidos os salários do magistério superior. Vi publicado há dias haver Diretor ganhando dezenas de mil cruzeiros mensais numa das empresas públicas. Não é, portanto, demais imaginarmos que dos servidores civis do Brasil sejam os professores a classe possivelmente mais mal remunerada, embora devamos também imaginar que pelas qualificações requeridas, pelos serviços prestados, pelo que de fato devem representar na vida e na formação da nacionalidade, sejam os professores de nível superior, presumivelmente, a categoria intelectualmente mais alta. Professores que devem permanecer atualizados numa época em que, mesmo em outros níveis, ocorre, segundo bem observa o ilustre Professor Carlos Langoni: "a rápida obsolescência do estoque existente de capital humano". Dele, aliás, é esta oportuna conclusão após discorrer sobre os dispêndios em educação: "A análise anterior realça uma vez mais o papel crucial que os investimentos em educação face sua elevada rentabilidade social, podem desempenhar na fase atual do desenvolvimento brasileiro."

Feitas estas observações sobre problemas de ordem geral, peço licença para me referir ao rumoroso assunto do MOBREAL, diante do qual estou longe de ter posição radical.

O Sr. Evelásio Vieira — Antes que V. Ex<sup>a</sup> entre no assunto MOBREAL, permita que eu lhe ofereça um subsídio em relação à tese que defende em favor da melhoria do Magistério sob todos os aspectos.

O SR. LUIZ VIANA — Pois não. O MOBREAL é um parêntese.

O Sr. Evelásio Vieira — Faz V. Ex<sup>a</sup> críticas candentes, enérgicas, mas corretas e adequadas na defesa da Educação, do Professor; presta com o seu pronunciamento, a legítima homenagem ao Magistério, e focaliza o aspecto, importante, da fuga dos professores, em busca de outro setor de atividade, por não terem remuneração adequada. Permitiria, apenas, este registro em razão da má remuneração, temos, tão-somente, 45 mil professoras normalistas — 1º ciclo — e, em contrapartida, encontramos 111 mil professoras, lecionando no primário, que tiveram apenas o primário!

O SR. LUIZ VIANA — O dado que V. Ex<sup>a</sup> traz é muito expressivo.

Perguntassem-me se julgo conveniente extingui-lo imediatamente e eu não teria dúvida em responder pela negativa. E o faria lembrando-me que Rui Barbosa, certamente o maior dos educadores brasileiros com assento no Congresso, teve na educação de adultos, na Loja América, uma das suas primeiras atividades. O que mostra ser secular a luta de brasileiros em favor da alfabetização de adultos, natural decorrência de um sentimento de solidariedade diante daqueles que as contingências da vida não permitiram se alfabetizassem em idade mais adequada. Está, pois, a merecer toda a nossa simpatia a iniciativa, o trabalho, e a dedicação daqueles que deram impulso e estrutura ao Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Contudo, se depois disso se nos perguntasse sobre a conservação dos rumos atuais do MOBREAL, não vacilaria em manifestar-me contrário. Nisso estou inteiramente com o Senador Jarbas Passarinho, para quem o MOBREAL precisa de uma correção de curso. De fato, nas suas origens foi o MOBREAL uma espécie de Santa Casa da Alfabetização — o Provedor trabalhando de graça, os irmãos também, e outros servidores com vencimentos modestos. Foi a fase dos abnegados. Parece, porém, que este período passou. O MOBREAL ficou rico, e aí começa o outro lado da história. Para este ano dispõe de um orçamento de mais de 350 milhões de cruzeiros. E a pergunta que me faço, e que deixo para ser respondida pelos doutos da educação, é se convém ao País, à sua

educação ainda muito carente de recursos, manter para a alfabetização de adultos uma estrutura evidentemente dispendiosa e paralela à do Ministério da Educação. Para mim esta é a primeira questão a ser resolvida. Deve ser conservado o MOBRAL com as suas atuais características, ou será preferível, quer pela economia que representará, quer para evitar as flagrantes deturpações já constatadas, incorporá-lo ao Ministério da Educação? Pergunta a que não poderemos responder sem considerar, conforme desenvolvido pelo Deputado Flexa Ribeiro, a modesta valia, em termos de desenvolvimento educativo, das campanhas de alfabetização.

Aliás, para bem respondermos àquela indagação, indispensável fixarmos alguns conceitos. O primeiro deles, para não pairar equívoco sobre o que representa a alfabetização será focalizar a imensa distância entre educar e alfabetizar. Uma nítida idéia sobre o fosso que separa esses dois objetivos é fundamental. E ainda mais — aquilo a que têm direito todas as crianças brasileiras — hoje a partir dos sete anos — é a educação. Direito inalienável, e para cuja consecução a Nação deverá empregar todos os meios ao seu alcance, como de fato está fazendo. Direito diante do qual a alfabetização, permitam-me que insista, representa apenas uma parcela mínima, quase insignificante. A educação, di-lo a Constituição, é direito de todos e dever do Estado. Do mesmo modo que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, votada pelas Nações Unidas, foi inequívoca: "Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que diz respeito ao ensino elementar e fundamental."

O Sr. Benjamim Farah — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Benjamim Farah — Quero louvar V. Ex<sup>a</sup>, quando disse que não tem uma opinião radical, em face desse organismo que já tem um acervo de inestimáveis serviços prestados à Educação, sobretudo à educação de adultos. Mas, V. Ex<sup>a</sup> sabe que o MOBRAL começou, na realidade, em 1970, quando ainda existiam 33% de analfabetos, num total de aproximadamente, 18 milhões e 100 mil candidatos maiores de 15 anos, e, durante 5 anos, apenas, esta cifra foi reduzida para 11 milhões e 500 mil. Portanto, de 33%, ficou para mais ou menos 18%. Ora, meu caro colega, V. Ex<sup>a</sup> fala na verba do MOBRAL, que é uma verba estimada em 300 milhões, ou pouco mais. Mas o MOBRAL tem 5 milhões de alunos para alfabetização e 1 milhão nos cursos de educação integrada. Portanto, 6 milhões. Se V. Ex<sup>a</sup> dividir 300 milhões por 6 milhões, vê que cada aluno dispõe de, apenas

Cr\$ 50,00 por ano. Isto não paga nem um almoço num restaurante modesto. Ora, não vamos destruir uma organização que já tem uma experiência e que merece, de grande parte da população do Brasil, uma certa confiança. Então, por que V. Ex<sup>a</sup> acha...

O SR. LUIZ VIANA — Não estou pregando aqui a destruição do MOBREAL. Pelo contrário, até reconheço...

O Sr. Benjamim Farah — Acho que devemos aproveitar essa experiência. Ainda há poucos dias, ouvi reclamação porque o MOBREAL está destinando um pouco da sua atividade em favor da educação primária. Acho que tudo que o MOBREAL possa fazer em favor da Educação, pouco importa que seja para o adulto ou para o menor; devemos aproveitar. O que interessa é aquilo que ele possa fazer. Se em certos lugares, em certas regiões, há dificuldades para a educação primária e o MOBREAL está aparelhado, como uma agência, para secundar o esforço do Município, do Estado ou do Ministério da Educação e Cultura, não devemos ignorar esse esforço. Há poucos dias estive lendo uma belíssima conferência do Professor Arnaldo Niskier, feita em Belo Horizonte, em que ele cita uma cidade do Ceará — se não me falha a memória, é a cidade de Iracema — onde uma professora ganha Cr\$ 25,00 por mês. Essa denúncia, não foi somente a referente à professora. Ele citou, inclusive, uma impugnação feita no Tribunal de Contas. Se lutamos com a maior dificuldade para a Educação, todo e qualquer esforço deve ser válido e merecer o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves. Fazendo soar a campanha) — Nobre Senador Luiz Viana, eu pediria a atenção de V. Ex<sup>a</sup> porque faltam apenas 4 minutos para terminar a sessão.

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me der 2 minutos, eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — V. Ex<sup>a</sup> pode concluir.

O Sr. Eurico Rezende — Sr. Presidente, com licença do orador, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que submetesse ao Plenário a prorrogação da sessão por 15 minutos, porque o eminente Senador Heitor Dias deseja fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Lamento não poder atender ao requerimento de V. Ex<sup>a</sup> — e ontem o fiz

**ex officio** — porque há uma sessão extraordinária **convocada** para as 18 horas e 30 minutos, pelo Sr. Presidente, e, às 19 horas, haverá outra, **do** Congresso Nacional.

**O Sr. Eurico Rezende** — Muito obrigado **o V. Ex<sup>a</sup>**

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Ontem, espontaneamente, **ex officio**, eu pedi a prorrogação para **que** um Sr. Senador pudesse falar, mas, hoje, lamentavelmente, não é possível atender a V. **Ex<sup>a</sup>**

**O SR. LUIZ VIANA** — Concluo, **Sr. Presidente**:

Que devemos, entretanto, entender por educação? Será aprender a ler, escrever e contar? Longe disso. Pondo-se de lado pormenores, certamente úteis, mas que deixo mais versados no assunto, tomarei esta frase de autor muito em voga, Jean Piaget: "Educar é muito mais que leitura, escrita e cálculo: significa, a rigor, garantir para toda a criança o pleno desenvolvimento das suas funções mentais..." Conceito idêntico também nos dá o famoso ex-Ministro da Educação da França, Edgar Faure: "O fim da educação é permitir ao homem ser ele próprio e de se realizar". Será necessário dizer mais para fixar a distância que separa a alfabetização da educação? Mas, nem porisso devemos subestimar a alfabetização como instrumento, passo talvez inicial da educação. Principalmente numa época em que adquire consistência a idéia da educação como um processo contínuo ao longo de toda a vida, não poderemos deixar de ter como importante oferecer novas oportunidades de educação aos que não a tiveram nas faixas etárias mais adequadas. O essencial, e nisso sou o primeiro a reconhecer as dificuldades que o problema contém, será ter a medida exata, a proporção que, dentro de um sistema educacional ainda deficiente, como honesta e louvavelmente o reconheceu há poucos dias, falando na Câmara dos Deputados, o Ministro Ney Braga, deverá ter os gastos, os dispêndios com a alfabetização de adultos, investimento evidentemente muito menos rentável do que a educação das crianças em idade escolar. Não faz muito que em carta dirigida ao Senador Petrônio Porteira, a propósito do Programa da ARENA, declarei estarmos gastando ainda pouco em educação. Não tenho porque alterar esse pensamento. Contudo, a ele eu gostaria de somar uma indagação — será que estamos gastando bem? Serão os dispêndios com a alfabetização de adultos, tal como se efetuam atualmente, correspondentes aos proventos propiciados à educação? No particular desejaria lembrar estas judiciosas observações de **O Estado de S. Paulo**: "Trata-se, em primeiro lugar, de um imenso investi-

mento financeiro, técnico e humano que precisa ser justificado não apenas em termos de rentabilidade, mas ainda por sua superioridade, em eficácia e prontidão dos resultados, sobre os investimentos feitos na educação sistemática, através do sistema escolar. Trata-se de saber se estará dominado ou não, ao final da década, o passivo que tanto tem pesado sobre nossas ambições de desenvolvimento e crescimento econômico e social: o déficit cultural básico representado pelo analfabetismo adulto. Trata-se, enfim, de viabilizar a curto prazo uma real e harmônica distribuição da renda nacional, impossível sem uma elevação segura e irreversível dos níveis culturais da Nação. Foi para isso que se aparatou o MOBRAL com a flexibilidade que lhe permitiu o que nenhuma outra agência governamental tinha conseguido antes: estar presente na totalidade dos quase quatro mil municípios brasileiros."

Realmente, entre os aspectos que oferece o problema do MOBRAL, não pode ser dos menos relevantes saber-se se representa ou não bom investimento para um país a braços com numerosas e graves dificuldades no campo da educação. Ou teremos montado fora do Ministério da Educação um organismo por demais dispendioso? Além disso, e esse é aspecto da maior importância, jamais poderíamos admitir que o MOBRAL se transformasse numa espécie de tranqüilizador para as nossas deficiências educacionais, e, mais que isso, fórmula para não ser cumprida a determinação constitucional que assegura educação para todos. Uma coisa é o MOBRAL tal como foi concebido, e para mim bem concebido, como instrumento barato, desburocratizado, ágil, e capaz de alfabetizar os que não puderam ser na idade adequada. Seria um organismo transitório. Outra é o MOBRAL erigido em potestade educacional, com ares de entidade permanente e cuja presença faz que nos descuidássemos da educação do 1º Grau.

Na realidade são dois problemas que devem andar sempre juntos na educação — gastar e gastar bem. Resolvê-los adequadamente é fundamental para a vida do ensino no País. A nossa pobreza e nossas necessidades não permitem que desperdicemos um cruzeiro. Do Ministro Simonsen é esta observação a propósito das despesas educacionais do Brasil antes de 1964: "O Brasil não só gastava pouco em educação: gastava, também, absurdamente mal." Felizmente isso já não poderia ser dito hoje. Acredito, porém, que ainda devemos gastar mais, do mesmo modo que deveremos nos empenhar para gastar sempre melhor. Até porque, permitam-me repeti-lo, tenho a educação como a chave primeira de nossos problemas, máxime quando o Brasil busca alcançar



uma nova dimensão, e toma consciência das suas desigualdades, das suas contradições, e do quanto deverá construir e reconstruir. "Nesse processo de reconstrução — e aqui cito propositadamente Anísio Teixeira — nenhum problema é mais essencial do que o da escola, pois por ela é que se efetivará o novo senso de consciência nacional e se afirmará a possibilidade de se fazer permanente e progressiva a grande mobilização do esforço brasileiro."

Um esforço que acima de tudo terá como viga mestra insubstituível o magistério em todos os seus graus, um magistério que encontre na sua profissão a remuneração condigna, justa, e por isso mesmo capaz de evitar qualquer sentimento de frustração. Ou isso ou todas as reformas, sejam quais forem, ruirão como pobres castelos de carta, pois lhes faltará esse indispensável alicerce que é o professor integrado na sua profissão, para ela vivendo, e dela vivendo, sem riqueza, mas com segurança e dignidade.